

Assunto: Julgamento dos acusados de canibalismo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 11/11/2014



> **Olinda**

Início do júri dos "Canibais" adiado para quinta-feira

Cotidiano > Página 2

Assunto: Julgamento do trio acusado de canibalismo

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Cotidiano

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 11/11/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Trio será julgado pelo esquartejamento de jovem

Júri dos "Canibais" adiado para quinta

■ DURANTE dois dias, defesa e acusação terão espaço para apresentar argumentos ao Conselho de Sentença

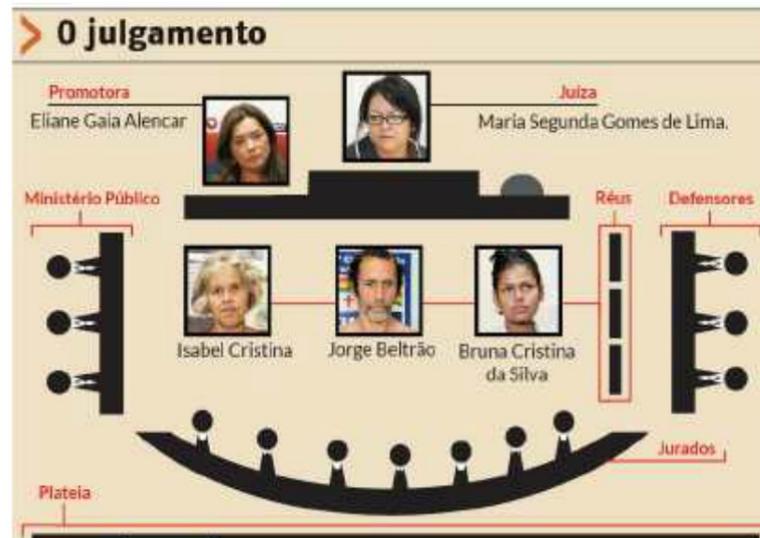
DIEGO MENDES

Após dois adiamentos, o julgamento de Jorge Beltrão, Isabel Cristina Pires e Bruna Cristina Silva, "Os canibais de Garanhuns", foi remarcado para a próxima quinta-feira a pedido da defesa dos réus. A previsão é que a sentença saia na sexta-feira. Os

réus são acusados de homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio (desrespeito ao morto) e ocultação do cadáver de Jéssica Pereira, morta em maio de 2008, no bairro de Rio Doce, em Olinda. A vítima, na época com 17 anos, teve o corpo esquartejado. Algumas partes consideradas "nobres" pelos acusados foram comidas por eles. O júri popular começa às 9h, no Fórum de Olinda.

A juíza titular da 1ª Vara Criminal, Maria Segunda Gomes de Lima, presidirá a sessão. Os sete jurados serão escolhidos entre os 25 convocados logo no início da sessão, por sorteio, para compor o Conselho de Sentença. Em seguida, será feita a leitura da denúncia.

Duas testemunhas de acusação devem ser ouvidas neste primeiro dia: o delegado que presidiu o inquérito, Paulo Berenguer, e o médico psiquiatra responsável pela perícia médica dos réus, La-



Folha resume

Com espaço para 130 pessoas, o Fórum de Olinda será palco, na próxima quinta-feira, a partir das 9h, do julgamento do trio que ficou conhecido como os "Canibais de Garanhuns". Jorge Beltrão, Isabel Cristina e Bruna Cristina confessaram ter matado e comido parte da vítima. O trio também é acusado de outros dois crimes.

martine Holanda. Em seguida, será a vez dos acusados.

Bruna e Isabel foram orientadas pelos advogados a falar. A defensora pública que

acompanhará Jorge, Tereza Joacy, não adiantou se ele vai testemunhar. Após essa fase começarão os debates.

O trio de canibais ficou co-

nhecido em 2012 quando foram encontrados restos mortais de Giselly da Silva e Alexandra Falcão na casa em que moravam, em Garanhuns, no Agreste do Estado. Durante a investigação, foi comprovado que as duas mulheres foram mortas em rituais. Tiveram parte dos corpos comidas ou utilizadas para recheiar salgados vendidos na cidade. Durante a investigação, chegou-se ao caso de Olinda, que vai a júri na quinta. Os episódios de Garanhuns estão em segredo de justiça e não têm data para serem julgados.

Assunto: Ex-deputado Pedro Corrêa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção/Repórter: Fogo Cruzado
Página: 2	Data: 11/11/2014



■ **LIBERDADE** - Advogados do ex-deputado Pedro Corrêa (PP) já requereram à Justiça a liberação dele do presídio de Canhotinho (PE) para cumprir o restante da pena a que foi condenado no processo do mensalão (7 anos e 2 meses) em regime domiciliar. Ele terá cumprido 1/6 da pena no próximo dia 15, caso a justiça aceite para efeito de cálculo os dias que trabalhou e estudou na prisão.

Pesquisa aponta Justiça sem crédito

Ulysses Gadêlha

ugadilha@jc.com.br

A maioria dos brasileiros não confia na Justiça, apontou o Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil), realizado pela Fundação Getúlio Vargas. Precisamente 68% da população revelou descrença no Poder Judiciário. A FGV também aponta que 81% dos brasileiros acredita que é “fácil” desobedecer a lei no Brasil. Segundo especialistas, o problema é cultural e atinge tanto a população quanto o Estado. O estudo ouviu 7,1 mil pessoas de oito Estados, incluindo Pernambuco, com 653 pessoas entrevistadas.

A morosidade é um traço que incomoda os pesquisados. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta uma taxa de congestionamento de 70% dos processos. De cada 100 processos que tramitaram na Justiça em 2013, somente 29 foram resolvidos. Para o presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), desembargador Francisco Wildo Lacerda, existe uma cultura no País, herdada de Portugal, de que os problemas são resolvidos através de leis, o que acarreta excesso de leis e superlotação de processos nos

tribunais. “Algumas leis pegam, outras não. O que ocorre no Brasil é que há leis demais e fiscalização de menos”, criticou.

Para o presidente da Ordem

dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE), Pedro Henrique Reynaldo, a descrença se deve à ineficiência e à insegurança dos serviços prestados. Pedro Henrique citou a meta do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Falcão, de julgar os processos repetitivos, dando-lhes decisão única que deve ser utilizada em todos os tribunais: “Cada juiz decide de um jeito, cada tribunal decide de vários jeitos. O juiz ainda está encastelado. O Judiciário precisa de um choque de democratização”, avaliou.

Para Francisco Wildo Lacerda, Pernambuco criou uma boa ferramenta, os juizados especiais em mutirão. “Ali, as decisões são céleres, já que têm como essência a negociação”, afirmou.

Pedro Henrique Reynaldo citou, ainda, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região, no Recife (TRT6), que atualmente passa 15 meses para agendar uma audiência. Para ele, o CNJ precisa trabalhar melhor para perceber as falhas no Judiciário, fazendo os magistrados entenderem que a Justiça é um serviço comunitário. “Precisou o tribunal perceber que os juizes estão julgando menos. Tem juiz que deixa de ir duas vezes por sema-

na ao trabalho. O juiz brasileiro sofre crise de identidade, não sabe se é poder ou funcionário público. Ele quer o melhor dos dois mundos”, disse.

Assunto: Estacionamento - Fórum Rodolfo Aureliano	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: Jc nas ruas
Página: 2	Data: 11/11/2014

jornal do  commercio

Tem que pagar

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco garante que todas as pessoas, advogados ou não, pagam pelo estacionamento do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra. Parte das 200 vagas é gratuita para advogados adimplentes.

Assunto: Dez anos da coluna semanal do desembargador Jones Figueirêdo	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção/Repórter: João Alberto
Página: D3	Data: 11/11/2014

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Dez anos

O desembargador
Jones Figueirêdo
Alves comemora os
10 anos da sua
coluna semanal
Direito de família no
Diário.

Assunto: Operação tenta prender 15 suspeitos de tráfico de drogas e roubo em Olinda	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



Operação tenta prender 15 suspeitos de tráfico de drogas e roubo em Olinda

A Polícia Civil realiza nesta terça-feira uma operação de repressão qualificada para prender suspeitos de envolvimento em crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e roubo, com atuação na cidade de Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR). A operação Quatro Cantos, como foi batizada, espera cumprir 15 mandados de prisão preventiva e 10 de busca e apreensão domiciliar, expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Os presos estão sendo levados para sede do Grupo de Operações Especiais (GOE), no Cordeiro. De acordo com o diretor de Polícia Metropolitana, Luiz Andrey, apenas um suspeito continua foragido.

Noventa e três policiais, sendo 72 civis e 21 militares participam dos trabalhos, coordenados pela Diretoria Integrada Metropolitana da Polícia Civil (DIM-PC). Os suspeitos começaram a ser investigados há aproximadamente cinco meses pela Delegacia de Polícia da 24ª Circunscrição Varadouro, com apoio da 7ª Delegacia Seccional de Olinda e assessoria da Diretoria de Inteligência da Polícia Civil (DINTEL) e do Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social (CIIDS).

Assunto: Operação prende suspeitos de tráfico de drogas e roubos em Olinda	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



Operação prende suspeitos de tráfico de drogas e roubos em Olinda

Operação Quatro Cantos busca cumprir 15 mandados de prisão na cidade. Grupo é suspeito de tráfico de drogas, associação para o tráfico e roubo.

A cidade de Olinda, no Grande Recife, é alvo da operação Quatro Cantos da Polícia Civil, que pretende prender suspeitos de tráfico de drogas, associação para o tráfico e roubos. A ação foi desencadeada na manhã desta terça (11) e busca cumprir 15 mandados de prisão preventiva e 10 mandados de busca e apreensão domiciliar, expedidos pela segunda Vara Criminal do município.

Segundo a assessoria de comunicação da Polícia Civil, alguns dos mandados já foram cumpridos e os detidos estão sendo levados para a sede do Grupo de Operações Especiais (GOE), no Cordeiro, Zona Oeste do Recife. No local, o delegado Luiz Andrey deve divulgar o balanço parcial da operação ainda na manhã desta terça.

As investigações vêm acontecendo há, aproximadamente, cinco meses e foram comandadas pela Delegacia de Polícia da 24ª Circunscrição, em Varadouro, com apoio da 7ª Delegacia Seccional de Olinda. Um grupo de 93 policiais, dos quais 72 são civis e 21 militares, trabalha em conjunto durante a operação, coordenada pela Diretoria Integrada Metropolitana da Polícia Civil (DIM).

A ação conta com o apoio da assessoria da Diretoria de Inteligência da Polícia Civil (Dintel) e do Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social (Ciids).

Assunto: Trio de canibais será julgado na quinta-feira	
Veículo: folhape	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



Trio de canibais será julgado na quinta-feira

Réus respondem por homicídio quadruplamente qualificado contra jovem de 17 anos



Isabel, Jorge e Bruna separam partes do cadáver da vítima para consumo

O julgamento de Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva, acusados por homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira, acontece nesta quinta-feira (13). O júri popular começa às 9h, no Salão do Júri do Fórum de Olinda. A juíza titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Olinda, Maria Segunda Gomes de Lima, presidirá a sessão.

Em 2008, quando foi morta, a vítima tinha 17 anos. O crime aconteceu no Loteamento Boa Fé-I, no bairro de Rio Doce, em Olinda, na Região Metropolitana do Recife. Os réus são acusados de ter guardado a carne da jovem para consumo humano. Após o crime, Bruna Cristina assumiu a identidade da jovem assassinada e o trio passou a criar a filha da vítima. As qualificadoras do homicídio são o motivo fútil, o emprego de meio cruel, o fato de não ter sido dada à vítima chance de defesa e a ocultação para assegurar a impunidade.

Primeiramente, haverá o sorteio dos jurados que vão compor o Conselho de Sentença. Em seguida, haverá a leitura da denúncia. Logo depois, as duas testemunhas serão ouvidas. O próximo passo será a ouvida dos réus. Terminada a fase de ouvidas, têm início os debates, que podem durar até nove horas.

Assunto: Polícia Civil realiza operação para prender suspeitos de tráfico de drogas em Olinda	
Veículo: folhape	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



Polícia Civil realiza operação para prender suspeitos de tráfico de drogas em Olinda

Serão cumpridos 15 mandados de prisão preventiva e dez de busca e apreensão

Foi desencadeada na manhã desta terça-feira (11) pela Polícia Civil a operação Quatro Cantos, que tem o objetivo de prender pessoas suspeitas de envolvimento nos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e roubo, com atuação em Olinda. Serão cumpridos 15 mandados de prisão preventiva e dez mandados de busca e apreensão domiciliar, expedidos pelo juiz da 2ª vara criminal da comarca de Olinda.

Na execução do trabalho, participam 93 policiais, sendo 72 civis e 21 militares. A operação é coordenada pela Diretoria Integrada Metropolitana da Polícia Civil (DIM-PC). As investigações tiveram início há cinco meses e foram efetuadas pela Delegacia do Varadouro, com apoio da 7ª Seccional de Olinda, tendo a assessoria da Diretoria de Inteligência da Polícia Civil (Dintel) e do Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social (CIIDS).

Assunto: Trio acusado de canibalismo vai a júri popular nesta quinta-feira	
Veículo: JConline	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Trio acusado de canibalismo vai a júri popular nesta quinta-feira

Jorge Beltrão, Isabel Cristina e Bruna Cristina são acusados de homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver



Foto: Reprodução/TV Jornal

O trio acusado de canibalismo vai a julgamento nesta quinta-feira (13), no Salão do Júri do Fórum de Olinda. Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva vão a júri popular pelo homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira.

Os jurados que vão compor o Conselho de Sentença serão sorteados. A leitura da denúncia será feita, seguida do depoimento de duas testemunhas. Os réus também serão ouvidos. Os debates que acontecem depois das ouvidas podem durar até nove horas. O júri vai se reunir em uma sala reservada e responder aos questionamentos que devem definir se o trio será condenado ou absolvido. A sessão será presidida pela juíza titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Olinda, Maria Segunda Gomes de Lima, que vai pronunciar a sentença após o retorno ao salão. O julgamento começa às 9h.

CASO - Jorge, Isabel e Bruna são acusados de assassinar Jéssica Camila da Silva Pereira, em maio de 2008, quando ela tinha 17 anos, no Loteamento Boa Fé-I, bairro de Rio Doce, Olinda. O corpo da jovem foi partido em pedaços e o grupo passou a consumir a carne humana. Bruna Cristina também assumiu a identidade de Jéssica. Após a morte de Jéssica, o trio passou a criar a filha da jovem. O homicídio quadruplicamente qualificado é quando o crime é executado por motivo fútil, com emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes.

Assunto: Júri popular do trio de canibais será nesta quinta-feira	
Veículo: NE10	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



Júri popular do trio de canibais será nesta quinta-feira

O julgamento do trio que ficou conhecido como "canibais de Garanhuns" pela morte da jovem Jéssica Camila da Silva Pereira, à época com 17 anos, será nesta quinta-feira (13), em Olinda, no Grande Recife. O júri popular estava previsto para a quarta (12), mas foi adiado em um dia por causa do sistema de marcação da sala no Fórum de Olinda do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, 52 anos, Isabel Cristina Torreão Pires, 53, e Bruna Cristina Oliveira da Silva, 28, são acusados de homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio (agressão ao cadáver) e ocultação de corpo de Jéssica. Bruna ainda responde por falsificação ideológica, por ter usado a identidade da vítima após a sua morte.

O trio, que confessou em depoimento à polícia ter comido a carne da vítima, ainda passou a criar a filha dela, à época com um ano. A menina supostamente viu o assassinato da mãe e foi alimentada com a carne dela.

A expectativa é que o júri tenha duração de dois dias, começando na quinta-feira pelo sorteio dos sete jurados que vão compor o Conselho de Sentença. O julgamento seguirá com a leitura da denúncia, a ouvida das duas testemunhas e dos réus. A última etapa é dos debates entre a defesa e o Ministério Público, que poderá durar até nove horas.

Os acusados estão presos desde abril de 2012, quando o caso foi descoberto pela polícia. As duas mulheres estavam na Colônia Penal de Buíque, no Agreste, e agora aguardam o julgamento em Abreu e Lima, no Grande Recife. Jorge está no Complexo do Curado, na capital pernambucana.

Assunto: CNJ premia 73 tribunais pelo aprimoramento das estatísticas sobre funcionamento do Judiciário	
Veículo: CNJ	Data: 11/11/2014
Editoria:	Seção:



CNJ premia 73 tribunais pelo aprimoramento das estatísticas sobre funcionamento do Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) agraciou, nesta segunda-feira (10/11), 73 tribunais brasileiros pelo esforço feito em 2013 para aprimorar os sistemas de estatísticas e informações relacionadas ao funcionamento do Judiciário. As Cortes receberam a primeira edição do Selo Justiça em Números, durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que reúne os presidentes de todos os tribunais brasileiros, em Florianópolis/SC.

Justiça em Números é o nome do anuário estatístico da Justiça produzido pelo CNJ com informações prestadas pelos tribunais brasileiros. O objetivo do prêmio é incentivar os tribunais a aperfeiçoar a qualidade das informações que alimentam o Justiça em Números. De posse de dados confiáveis sobre movimentação processual, despesas e pessoal, por exemplo, os responsáveis pela gestão judiciária poderão elaborar, de maneira mais fundamentada, políticas públicas que aprimorem o serviço prestado pela Justiça à sociedade.

"A gestão eficiente do Judiciário é possível apenas se conhecido o universo sobre o qual queremos atuar", destacou o secretário-geral do CNJ, Fabricio Bittencourt da Cruz, ao abrir a entrega dos selos. Segundo ele, a premiação busca reconhecer o esforço dos tribunais que investiram na gestão de informação, além de fomentar as demais Cortes a atingirem níveis de excelência, qualidade e confiabilidade dos dados. Bittencourt destacou que a atual sistematização desses números – sobre os quais pouco se sabia há 10 anos – permitiu ao Judiciário conhecer os seus reais desafios e aperfeiçoar suas rotinas de trabalho. "A qualidade e a eficiência do Judiciário nos próximos anos dependerá da identificação da realidade empírica, da formulação de gestão estratégica e da difusão de práticas de excelência", concluiu.

Os presidentes das Cortes foram premiados em quatro categorias, de acordo com a prioridade que cada um dos seus tribunais conferiu aos respectivos sistemas de coleta, produção e disseminação de dados estatísticos. Apenas seis tribunais receberam o Selo Diamante, categoria mais alta do Selo. São eles o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e da 23ª Região (TRT23), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), além dos tribunais de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) e do Rio Grande do Norte (TJRN).

A Comissão Avaliadora da premiação, presidida pela conselheira do CNJ e ministra Maria Cristina Peduzzi, decidiu conferir ainda o Selo Ouro aos representantes de 19 tribunais. Com o selo Prata, foram agraciados os presidentes de três tribunais e o Selo Bronze foi entregue a 45 tribunais.

O presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, discursou em nome dos tribunais premiados e defendeu a concentração de esforços no aprimoramento dos sistemas de

coletas de dados nos tribunais, para garantir a qualidade das informações prestadas ao CNJ para o Justiça em Números. "Essa conquista se deve ao empenho dos tribunais em colaborar e manter diálogo permanente com o CNJ. A cooperação entre todos os órgãos é essencial para que o CNJ desempenhe o seu papel constitucional, contribuindo para uma prestação judicial eficiente, com qualidade e celeridade", concluiu o ministro.

Confira a lista completa de tribunais agraciados com o Selo Justiça em Números:

Selo Diamante

Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Selo Ouro

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região
Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Selo Prata

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Selo Bronze

Superior Tribunal de Justiça
Superior Tribunal Militar
Tribunal Regional do Federal da 3ª Região
Tribunal Regional do Federal da 5ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo
Tribunal Regional Eleitoral do Acre
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Excelência – De acordo com o regulamento do Selo Justiça em Números, para provar que detém excelência na gestão da informação, o tribunal deve ser capaz de medir a litigiosidade das ações que tramitam nas suas unidades judiciais, por exemplo. Para isso, a corte precisa ter implantado a Tabela Processual Unificada, instrumento criado pela Resolução CNJ n. 46, de 2007 que permite saber as principais informações sobre cada processo em tramitação no tribunal, como seu assunto e classe processual.

Manuel Carlos Montenegro
Agência CNJ de Notícias